

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** a realidade dos assentamentos de reforma agrária no Ceará

**Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima**  
Universidade Federal do Ceará (UFCE)

**Ahmad Saeed Khan**  
Universidade Federal do Ceará (UFCE)

**Francisco Casimiro Filho**  
Universidade Federal do Ceará (UFCE)

**Juliana Jales Viana**  
Universidade Federal do Ceará (UFCE)

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** a realidade dos assentamentos de reforma agrária no Ceará

**Resumo:** Este artigo avalia a importância das políticas públicas para a sustentabilidade dos assentamentos rurais no estado do Ceará. Dos programas avaliados na pesquisa, somente o acesso ao crédito atingiu uma parte considerável da população, enquanto que as parcerias institucionais são insuficientes para estimular o desenvolvimento dos assentamentos, assim como a assistência técnica, que é oferecida a 9,7% dos assentamentos. O estudo aponta para a necessidade de elaboração de políticas públicas para favorecer a sustentabilidade dos assentamentos, sem, entretanto, estimular uma dependência completa do Estado.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais, sustentabilidade, políticas públicas, Ceará.

**PUBLIC POLICIES AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT:** the reality of the settlements of the agrarian reform in Ceará

**Abstract:** The objective of this study was to evaluate the importance of public policies considering the sustainability of land settlements in the state of Ceará. Of the programs evaluated in the research, the access to the public credit for the purpose mentioned only reached a considerable part of the population, whereas the institutional partnerships are insufficient to stimulate the development of the settlements, as well as to enhance technique assistance, that reaches only 9.7% of the settlements. The study points towards the necessity of elaborating public policies to favor the sustainability of the settlements, without, however, stimulating a complete dependence between land settlement and the State.

**Keywords:** Land settlements, sustainability, public policies, Ceará.

Recebido em: 01.12.2010. Aprovado em: 28.03.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária associa-se a ações públicas que buscam, em curto prazo, a redistribuição de terras privadas que não cumprem o seu papel social. Com essa redistribuição busca-se a democratização da estrutura fundiária. No Brasil, almeja-se uma reforma agrária desde a época da colonização. No entanto, apesar da organização de movimentos sociais e seus protestos, segundo Wanderley (2001, p. 36), ainda prevalece uma estrutura fundiária que pode inibir o acesso à terra a uma grande maioria de agricultores e impedir que seja alcançada qualquer meta de paridade no campo.

Os assentamentos rurais, definidos por Bergamasco e Norder (1996, p.7) como unidades de produção agrícola criadas por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, beneficiando trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, são hoje uma realidade presente no meio rural brasileiro. Porém, como afirma Norder (1997, p.2) os assentamentos foram criados, muitas vezes, para resolver situações de conflitos localizados, e não para equacionar situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar que havia sido suprimido durante o governo militar, visto que neste período a preocupação em desenvolver a agricultura com o uso de insumos químicos e mecânicos causou a exclusão dos pequenos sem modificar a situação de concentração fundiária existente.

A disseminação dos assentamentos rurais embora potencialize a organização dos agricultores traz consigo demandas sociais dependentes de políticas que favoreçam o seu desenvolvimento. Políticas públicas capazes de atender às necessidades básicas da população (saúde, transporte, educação, lazer), mas também voltadas para a preservação do meio ambiente uma vez que parte dos assentamentos surge em condições econômicas precárias. Além de atender às necessidades básicas da população assentada, as políticas públicas devem contribuir para a sustentabilidade dos assentamentos, criando condições que promovam a qualidade de vida, sem comprometer o futuro do assentamento. É nisso que consiste o desenvolvimento sustentável: associar ao crescimento econômico atual e futuro, a equidade social e a sustentabilidade ambiental. (BRUNDTLAND, 1987, p. 46).

No entanto, o que se observa é a criação de programas compensatórios em que a sustentabilidade dos assentamentos é colocada como fator secundário. A falta de compromisso por um projeto de desenvolvimento rural sustentável transparece nas entrelinhas de Programas como Vida Digna no Campo, Cédula da Terra, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que procuram atender a uma reivindicação dos trabalhadores rurais por políticas de desenvolvimento

rural específicas para a agricultura familiar, setor forte em termos de números, mas frágil quando se refere à capacidade técnica e inserção nos mercados agropecuários e também por acesso aos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional. (MATTEI, 2006, p. 16).

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado em 2003, teve como princípio geral o crescimento da renda, do emprego e da produção agrícola a partir da introdução de uma nova forma de regulação de mercados agrícolas. O Plano previa variados instrumentos de redistribuição de terras, de regularização de posses e reordenamento agrário, de fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra, que deveriam ser utilizados de forma integrada pelos beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares. (MDA, 2003, p.10). Apesar de incluir no seu texto<sup>1</sup> a preocupação com a sustentabilidade dos assentamentos, não se viu entre as doze metas do PNRA II para o período 2003-2006 um direcionamento concreto neste sentido, o que pode comprometer a sobrevivência destas unidades no longo prazo.

Segundo Silva (2001, p.96), a promoção da sustentabilidade nos assentamentos deve ultrapassar as dimensões econômicas, produtivas, sociais e ambientais, o que decorre da mudança de comportamento dos indivíduos em relação às outras pessoas, ao ambiente que os cerca, ao sistema de produção e consumo. Essas mudanças, por sua vez, perpassam por políticas públicas. No entanto, como se pode inferir a partir de estudos realizados por Buanain, Silveira e Teófilo (1998, p. 8), Carneiro (1997, p. 6), Bittencourt e outros (1999, p. 37), as políticas públicas implementadas nos assentamentos apresentam elevado custo de implementação, mas proporcionam um retorno muito baixo para a população alvo.

Admitindo-se que uma análise do desempenho das políticas para o desenvolvimento dos assentamentos pode significar uma contribuição para a correção de distorções ocorridas e para a elaboração de novas propostas de ações, pretende-se, neste **artigo, avaliar como as políticas públicas estão contribuindo para a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária no Estado do Ceará**. Os dados utilizados no estudo foram de origem secundária, obtidos a partir do Banco de Dados do Censo de Reforma Agrária, 2002: Módulo Projetos<sup>2</sup>.

O Estado do Ceará, área geográfica do estudo, possui 184 municípios, divididos atualmente em oito macrorregiões de planejamento: Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Litoral Oeste, Sobral/ Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste/ Jaguaribe e Cariri/ Centro Sul. Os assentamentos de reforma agrária do Ceará, agregados nas oito macrorregiões de planejamento, foram o objeto de análise. Buscou-se analisar indicadores capazes de descrever a

realidade dos assentamentos quanto às dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, o que inclui saúde, educação, infraestrutura, renda, lazer.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O FORTALECIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária configurou-se oficialmente como questão de importância para o governo, após a promulgação do Estatuto da Terra, na Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. A Lei, conforme seu artigo 1º, tinha a função de regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da Política Agrícola. O Estatuto da Terra, que deveria modificar a estrutura fundiária do país, jamais foi implantado completamente e se configurou como um instrumento estratégico do Estado para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra.

No Estatuto da Terra, a reforma agrária é definida como:

o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (BRASIL, 1964).

Portanto, a reforma agrária realiza-se tão somente por meio da distribuição de terras. Porém, distribuir terras para os que não a possuem ou possuem pouca, não resolve completamente o problema dos beneficiados, visto que eles chegam à nova terra sem estrutura econômica ou social capaz de proporcionar uma qualidade de vida razoável. Então, o governo, em esferas federal e estadual, tem o dever de criar e implementar políticas que deem suporte à vida nos assentamentos. Tais políticas são extremamente necessárias para estimular o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, dando condições apropriadas para a produção e a comercialização da produção dos seus assentados e, conseqüentemente, para sua sobrevivência e sustentabilidade.

Algumas das principais intervenções governamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária são: o crédito instalação, o crédito para infraestrutura, o Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária, o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Essas políticas, no entanto, nem sempre atingem eficazmente o seu público alvo: a população carente da zona rural. Para Casaldáliga (1997, p.392), a reforma agrária no Brasil apresenta uma dupla face: uma oficial, representando os interesses

do governo, e outra, popular, representando as aspirações do povo e movimentos sociais.

Na trajetória recente da política agrária brasileira percebe-se muito mais uma natureza reativa às pressões sociais, que um comportamento propositivo de mudanças substanciais no campo. “O Novo Mundo Rural”, apresentado durante o governo Fernando Henrique Cardoso em 1995”, propôs uma reformulação no processo de reforma agrária alegando que os mecanismos clássicos de distribuição de terras para a promoção estavam desgastados e onerosos para os cofres públicos. O governo, amparado pelo Banco Mundial, estabeleceu um novo mecanismo de acesso à terra batizado como “reforma agrária de mercado”.

A “reforma agrária de mercado” brasileira reproduziu aspectos da política agrária do Banco Mundial em diversos países do mundo. Segundo Oliveira (2006, p.152) a política teve como pressuposto a criação de um fundo de terras para financiar a compra e a venda de terra entre proprietários dispostos a vendê-las e camponeses sem terra ou com pouca terra, interessados em adquiri-las. A experiência inicial da política ocorreu no Ceará, via Programa Reforma Agrária Solidária<sup>3</sup>, e esteve atrelada ao Projeto São José (1996 – 1997).

Apesar das críticas recebidas houve a ampliação do Programa Reforma Agrária Solidária para o Programa Cédula da Terra (1997-2000) e a sua expansão para outros estados brasileiros. Esse programa, assim como o anterior, estimulou o aquecimento do mercado de terras e a quitação de dívidas rurais de proprietários evitando crises no sistema bancário (OLIVEIRA, 2006, p. 72). Corroborando as críticas ao programa, Sauer (2003, p. 5) afirma que o mesmo piorou as condições de vida das famílias rurais, pois não abriu caminhos para o desenvolvimento social. No entanto, no estudo de Silveira (2008, p. 176) “Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra”, cujo objetivo foi medir o impacto do Projeto no que se refere à renda, patrimônio, produção agrícola, nível educacional, saúde e desenvolvimento do capital social, pontua-se que o programa colaborou para reduzir a pobreza rural e melhorar as condições de vida da população beneficiada.

Dando continuidade à política de reforma agrária voltada para a comercialização de terras, em detrimento da desapropriação de terras improdutivas, seguiu-se o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza, todos sob a égide do Banco Mundial e ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As expectativas quanto a mudanças na política agrária a partir do Governo Lula foram dissipadas em 2003 após o lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual explicitou a continuidade do processo de mercantilização de terras. No mesmo ano foi implementado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)<sup>4</sup> apoiado pelo

Banco da Terra e pelo Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural.

No Estado do Ceará, embora tenha sido o precursor do grupo de políticas agrárias abordadas, percebe-se uma atuação mais efetiva das políticas agrícolas as quais atuam em duas direções: voltadas para a modernização do campo com vistas ao agronegócio e mercado mundial, ou voltadas para a população rural mais carente com vistas à melhoria na qualidade de vida e à inclusão social.

Para Oliveira (2006, p.153), a falta de uma política de desenvolvimento agrário levou à implantação de uma política de assentamentos rurais via mercado de terras que consistiu em uma descaracterização e mercantilização da reforma agrária no país. Como consequência muitos assentados não conseguem produzir o suficiente para alimentação e pagamento das terras adquiridas via “reforma agrária de mercado” como constatado por Moura (2003).

Neste cenário, pode-se supor que os assentamentos rurais sejam sustentáveis? As políticas públicas estão sendo direcionadas para esse fim?

### **3 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA COMO AGENTES DE MUDANÇAS NO MEIO RURAL**

Os assentamentos rurais são o resultado concreto da reforma agrária. As expectativas quanto ao seu potencial de geração de emprego e renda, de combate à pobreza e êxodo rural estimulam o debate social. Estudos como o de Reydon, Escobar e Berto (2007, p.4) refletiram sobre as possibilidades de desenvolvimento local a partir dos assentamentos rurais. Para Leite (2006, p. 161), estudos mostraram os efeitos e as mudanças locais proporcionados pela criação desses projetos de assentamentos, constituídos a partir de áreas objetos de ação dos programas de reforma agrária (reforçando o já comentado, basicamente aqueles voltados ao incentivo à compra e venda de terras ao invés da desapropriação) ou de utilização de terras públicas (resultantes da iniciativa de governos estaduais e/ou municipais por meio de desapropriação por utilidade pública ou ainda pertencentes aos órgãos de administração direta e indireta do Estado).

Leite (2006, p. 161) ainda afirma que a presença dos assentamentos tem modificado a estrutura fundiária e as relações de poder locais, com a criação de distritos e novas prefeituras, além da mudança na paisagem, no padrão de distribuição da população rural e no traçado das estradas. Além de promover a diversificação do processo produtivo, em comparação à estrutura produtiva prevalente nos estabelecimentos agropecuários da região, essa diversificação dinamiza a vida econômica de vários dos municípios onde os assentamentos de reforma agrária estão localizados. Ainda de acordo

com resultados de pesquisa do autor, outro ponto a destacar é que os assentamentos podem se configurar como postos geradores de trabalho não-agrícolas (construção de casas, estradas, escolas etc) e dinamizadores do comércio local. Além de gerar empregos para a família, os lotes também geram trabalho para outros.

Por fim, mais um aspecto importante que costuma ser ressaltado em estudos sobre o tema, e o mais interessante aqui, é o acesso dos assentados às políticas públicas. Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004) afirmam que as políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis, por isto, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente.

No caso dos assentamentos, Leite et al (2004) ressaltam a importância das políticas públicas para o atendimento das demandas por infraestrutura, transporte, lazer e a pressão sobre os poderes públicos locais, estaduais e federais. Entretanto, as ações políticas governamentais, nos últimos anos, ainda não encontraram um ponto de convergência capaz de maximizar seus resultados em assentamentos de reforma agrária. (OLIVEIRA FILHO; MOREIRA, 2006).

Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004, p. 82) colocam que, desde que começaram as discussões sobre reforma agrária:

no âmbito do discurso priorizou-se a agricultura familiar, mas, ainda hoje, esta se mantém afastada do desenvolvimento tecnológico e com produção insuficiente para se inserir no mercado agrícola. Dessa forma, apenas implementar projetos de assentamentos e favorecer e incentivar a agricultura familiar, sem proporcionar o desenvolvimento e mecanização da produção, ocasiona despesas homéricas e faz com que os agricultores familiares continuem à margem do desenvolvimento e mercado, e sempre necessitando da assistência do Estado.

O impacto das políticas públicas sobre os assentamentos está longe de ser um consenso. Matos Filho e Menezes (2006), em pesquisa realizada em um assentamento para verificar a contribuição de algumas políticas públicas federais, concluíram que estas - Crédito fundiário, PCPR (Programa de Combate a Pobreza Rural) e PRONAF - tiveram efeitos positivos sobre o aumento da renda, da ocupação e da segurança alimentar dos assentados. Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004, p. 87), em estudo levantando as crenças e expectativas dos assentados e agentes de desenvolvimento rural sobre temas como a atuação do INCRA junto aos projetos de assentamento, o crédito rural, as expectativas quanto ao futuro do assentamento e a relação entre assentados e comunidade circunvizinha, concluíram

que os projetos de assentamento não conseguem integrar os assentados às comunidades do entorno nem tão pouco assegurar uma produção capaz de prover a sua subsistência e de sua família.

No entanto, atribuir às políticas públicas toda a responsabilidade sobre o sucesso dos assentamentos é simplificar um problema bem mais complexo. Existem fatores inerentes aos assentamentos que ultrapassam o alcance das políticas públicas. Bittencourt e outros (1999) realizaram um estudo sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e chegaram à conclusão de que tais fatores envolvem, entre outros, a qualidade físico-química dos solos, a disponibilidade de água, a frequência de chuvas, o relevo (fatores naturais) e a distância dos projetos de assentamentos dos centros comerciais.

O desenvolvimento dos assentamentos não deve simplesmente estar relacionado aos aspectos econômicos, mas também a aspectos sociais e ambientais, isto é, deve vislumbrar a sua sustentabilidade. Silva e outros (2005, p. 13) lembram que “os desajustes observados ao longo da história da agricultura mundial e brasileira vêm demonstrando a emergência de se pensar uma “nova” forma de se produzir no campo”. Isso implica em se fazer a utilização adequada dos recursos naturais de que dispõem. Dessa maneira, os assentados devem ter condições de produzir, se manter, comercializar sua produção, seja ela agrícola ou não, mas devem também garantir que as gerações futuras possam usufruir desses mesmos direitos.

Para Gehlen (2004, p. 101), uma política de reforma agrária alcançará essa meta quando propor o uso de tecnologias sustentáveis em relação ao ambiente natural. Ele afirma que isto não tem sido feito até agora porque “implica compromissos com opções tecnológicas alternativas e significa estruturar a rede ou o sistema de distribuição dos produtos, (re)organizando o mercado”.

Nesse sentido, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que gerem possibilidades de crescimento e, principalmente, de desenvolvimento aos assentamentos. Pois, como afirma Oliveira (2006, p. 18),

apesar de todos os problemas intrínsecos ao espaço rural, os assentamentos apresentam-se como experiências positivas, mesmo com toda a dificuldade e com a falta de participação governamental no apoio técnico-financeiro aos assentados. A vida nos assentamentos tem permitido, a muitos pequenos agricultores, condições dignas de produção e de sobrevivência, permitindo-lhes ultrapassar os obstáculos e desenvolver atividades alternativas.

Outro fator importante para a ocorrência da sustentabilidade em assentamentos, assim como em qualquer comunidade, é o social. Talvez, o componente mais importante deste aspecto seja o capital social, que segundo Putnam (1997), se reflete no grau de confiança existente entre os diversos atores sociais, seu grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico, tais como o pagamento de impostos e os cuidados com que são tratados os espaços públicos e os “bens comuns”.

Conforme Tabosa e outros (2005 apud BARRETO et al, 2005), comunidades com níveis maiores de capital social são mais propensas ao desenvolvimento do que comunidades com baixos níveis de capital social. Isso acontece porque as relações entre indivíduos estão presentes em todas as áreas da vida e não se pode pensar em vida comunitária sem uma “comum unidade”, ou seja, sem que se fortaleçam as relações de confiança e, conseqüentemente, a organização da sociedade em questão. Ferreira (1994) afirma que o sucesso do projeto de assentamentos será determinado pela capacidade de seus assentados atuarem como grupo organizado, pelo aprimoramento de sua capacidade de assumir, de direito e de fato, a gestão das tarefas e interesses comunitários.

Alguns autores verificaram que as políticas públicas podem impactar positivamente o capital social das comunidades rurais. Costa e outros (2006) identificaram essa relação quando avaliaram o PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural e constataram o seu papel no estreitamento das relações entre as comunidades e destas com o poder público. Como consequência percebeu-se uma maior participação e controle das comunidades sobre as ações do estado.

A habilidade dos assentados de agir coletivamente é um fator que certamente determinará o sucesso de um assentamento e influenciará na sua sustentabilidade. Bittencourt e outros (1999) citam o exemplo da Bahia, Ceará e Santa Catarina. Nesses estados, problemas de disponibilidade de água e tipo de solo foram amenizados a partir da ação coletiva dos assentados.

#### **4 ASUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ**

A formação da maior parte dos assentamentos do Ceará deu-se por famílias que já nasceram na terra, ou já trabalhavam nela, ou mesmo já a ocupavam antes da desapropriação legal. (CEARÁ, 1998). No entanto, a tradição agrícola das famílias assentadas não é garantia de sucesso. A sobrevivência do assentamento no longo prazo ou, mais especificamente, a sua sustentabilidade, depende de uma série de fatores que envolvem aspectos econômicos, sociais e ambientais. Estes



aspectos devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, assegurando a mesma qualidade para as gerações seguintes.

No contexto social é sabido que a organização coletiva dos assentados leva a conquistas. A ação coletiva, na concepção de Marshall (1998) é definida como: ações voluntárias que um determinado grupo realiza com o objetivo de atingir interesses comuns. Esses interesses comuns podem ser o acesso a crédito, participação em projetos que possam financiar suas atividades produtivas, comercialização da produção e ainda, a internalização das externalidades ecológicas. A sua relevância para se alcançar a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária é incontestável.

Baland e Platteau (1997) ressaltam como um dos fatores favoráveis às ações coletivas o tamanho do grupo. Para os autores, quanto menor o grupo, maior a sua capacidade de realizar ações coletivas. No caso dos assentamentos de reforma agrária, aspectos mais complexos podem influir nesse resultado: outras experiências com trabalho coletivo, a contemplação dos reais interesses dos assentados em contraposição ao que lhes é imposto pelos movimentos sociais<sup>5</sup> e falta de perspectiva de lucro são decisivos.

A ação coletiva alcança uma dimensão ambiental quando se propõe a recuperar ou preservar os recursos naturais disponíveis no assentamento, de modo a garantir a capacidade produtiva local e a sua sustentabilidade. Neste contexto, trata-se de um manejo que evite a degradação do solo, dos recursos hídricos, o desmatamento. No entanto, esse manejo dos recursos naturais envolve custos organizacionais que, segundo Baland e Platteau (1996) podem desestimular os indivíduos a adotá-lo (despesas com elaboração de planos, reuniões, monitoramento).

A situação dos assentamentos quanto à existência e uso dos seus recursos naturais aponta que na maioria das vezes as áreas onde os mesmos estão localizados já apresentam um elevado grau de degradação. Muitas vezes a degradação aí verificada é consequência de políticas públicas que priorizam a racionalidade econômica em nome de um desenvolvimento propagado como sustentável. Ao contrário da sua proposta, comprometem a economia, a qualidade de vida nos assentamentos e representam, em termos gerais, uma ameaça à continuidade dos projetos de reforma agrária. (LIMA; RODRIGUES, 2007).

A baixa sustentabilidade pode ser encarada como um problema que atinge a maior parte da população rural cearense. No entanto, nos assentamentos são identificados agentes que fragilizam ainda mais as famílias e acentuam os riscos inerentes às atividades econômicas praticadas, geralmente plantação de culturas de subsistência e criação de pequenos animais. Estabelecendo como foco apenas as atividades agropecuárias - apesar de reconhecer a pluriatividade existente

em alguns assentamentos cearenses - observa-se que essas apresentam baixa produtividade e não garantem sequer a alimentação básica da família. Os assentados que conseguem comercializar seus produtos geralmente o fazem por intermédio de associações ou cooperativas, pois não conseguem competir no mercado, dadas as suas condições tecnológicas (agravadas pela quase inexistência de assistência técnica), deficiências gerenciais e escassez de recursos para investimentos voltados para a expansão dos negócios.

Como ocorre em outros estados brasileiros, a comercialização é um dos principais entraves à sustentabilidade dos assentamentos cearenses. Os problemas envolvem não apenas a dificuldade de escoar a produção, como também o baixo valor agregado dos produtos resultantes da atividade agropecuária, a pequena diversificação, a falta de gerenciamento adequado, a desorganização coletiva dos assentados.

A implementação de projetos voltados para a criação de novas atividades econômicas como artesanato e turismo rural, programas de capacitação, de formação de capital humano e capital social é fundamental para uma mudança na estrutura de apoio aos assentamentos. Essa mudança, por sua vez, demanda a eficiência de políticas agrárias e agrícolas, o que para muitos estudiosos inexistente. Na seção a seguir, faz-se uma análise de algumas das políticas voltadas para o desenvolvimento rural e a sua relação com a sustentabilidade dos assentamentos.

## 5 INDICADORES ASSOCIADOS À SUSTENTABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os assentamentos são a consequência imediata da reforma agrária. Assim, é nos assentamentos onde ocorre o foco principal das ações voltadas para o fortalecimento dessa reforma. Dentre essas ações, podem ser destacadas o PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PROCERA: Programa de Crédito Especial para as Áreas de Reforma Agrária, o PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar além dos créditos de implantação do INCRA compreendidos nas modalidades crédito alimentação, crédito fomento e crédito habitação. Sabe-se, no entanto, que a implementação de ações como as mencionadas, não garantem a sustentabilidade dos assentamentos.

Na perspectiva da sustentabilidade, os assentamentos são sistemas onde interagem características ambientais, econômicas e sociais. Dessa interação surgem a potencialidade para o sucesso ou fracasso do assentamento e a definição de demandas a serem atendidas. Nesse contexto, a implementação de intervenções públicas que

ultrapassem as questões agrárias é condição necessária, e não apenas complementar, no processo de reforma agrária.

Logo que o assentamento é criado, geralmente ocorre a concessão do crédito para material de construção e mesmo para o início das atividades produtivas, por meio do PRONAF. No entanto, como discriminado na Tabela 1, outros tipos de auxílios que poderiam potencializar a capacidade de geração de emprego e renda nos assentamentos, como é o caso dos auxílios à produção e comercialização e o acesso à assistência técnica têm uma abrangência muito pequena nos assentamentos cearenses. Nessa discussão torna-se ético citar que o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado em 2003, portanto após a divulgação dos dados empregados neste estudo, voltou-se para a viabilidade econômica dos assentamentos, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade ambiental, o acesso à terra e melhoria da infraestrutura, o acesso a direitos e o apoio à produção e à comercialização.

Analizando-se os indicadores sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável dos assentamentos, os problemas comentados adquirem maiores proporções. Além de não atingirem todos os assentamentos, as políticas públicas muitas vezes não apresentam uma contribuição efetiva para a sustentabilidade dos mesmos, devido a limitações como atrasos nos convênios e inexistência de recursos, falta de articulação dos assentamentos com os programas e políticas, assimetria entre recursos para produção e para a comercialização.

Embora seja possível inferir que a tímida resposta dos assentados aos estímulos recebidos deve-se a problemas locais como a baixa escolaridade dos assentados, o baixo nível tecnológico, a qualidade da assistência técnica<sup>6</sup> e condições edafoclimáticas<sup>7</sup>, é importante questionar se as ações e políticas implementadas estão contemplando as especificidades locais e o

seu potencial produtivo, ultrapassando a simples preocupação com a sobrevivência dos assentados. A elaboração dessas políticas envolve uma grande complexidade e segundo Coutinho e Campos (2006) exige o conhecimento do modo de produção dos assentamentos e de suas demandas internas.

Com o propósito de identificar as debilidades específicas de cada macrorregião cearense, e assim direcionar políticas de desenvolvimento local que atendam às necessidades dos assentados, buscou-se sumarizar a situação dos assentamentos em relação a alguns serviços básicos e ao acesso a políticas de fortalecimento da reforma agrária.

Como pode ser verificado por meio da Tabela 2, em relação aos assentamentos do Ceará como um todo, as prefeituras são as principais parceiras das famílias assentadas quanto à liberação de auxílios à produção e comercialização, à educação e à saúde. Esses serviços estão presentes na maioria dos assentamentos, destacando-se o apoio à comercialização e produção no Cariri, onde há 100,00% do apoio aos assentados. Quanto ao lazer, nota-se que as ONG's são mais participativas, embora nesse tipo de serviço haja um baixo percentual de assentamentos beneficiados.

A maior parte dos assentados é assistida por agentes de saúde, uma vez que a existência de postos de saúde ocorre, em média, em apenas 10,73% dos assentamentos. Nota-se, ainda, que a infraestrutura básica não foi implantada em aproximadamente 80% dos assentamentos. No entanto, na maior parte destes as famílias foram beneficiadas com o crédito de aquisição de material de construção (93,01%), com destaque para a macrorregião do Cariri/ Centro Sul, que teve 100,0% dos assentamentos com acesso a este tipo de crédito.

O acesso aos assentamentos através de estradas é pouco apoiado pelos governos, principalmente, nos assentamentos da macrorregião de Sobral/ Ibiapaba.

TABELA 1 - Distribuição de frequência dos assentamentos de reforma agrária do Ceará segundo o acesso a auxílios governamentais. Censo da Reforma Agrária, 2002: Módulo Projetos.

Auxílios governamentais	Frequência absoluta	Frequência relativa
Crédito de aquisição de material de construção total ou parcialmente concedido	283	91,00
Acesso ao PRONAF-A ou PROCERA total ou parcialmente concedido	211	67,85
Auxílio à produção e comercialização: Parceria institucional com a Prefeitura Municipal	82	26,37
Auxílio à produção e comercialização: Parceria institucional com o Governo do Estado	13	4,18
Auxílio à produção e comercialização: Parcerias institucionais com ONG ou Sociedade Civil	21	6,75
Auxílio à produção e comercialização: Parceria institucional com INCRA	6	1,93
Assistência técnica	32	10,29

Fonte: Resultado da pesquisa

TABELA 2 - Distribuição de frequência dos assentamentos de reforma agrária distribuídos nas macrorregiões de planejamento do estado do Ceará segundo o acesso a políticas públicas e serviços. Censo da Reforma Agrária, 2002: Módulo Projetos.

Indicador	Percentual médio de respostas SIM								
	Ceará	Baturité	Cariri/ Centro Sul	Litoral Leste/ Jaguaribe	Litoral Oeste	Região Metropolitana de Fortaleza	Sertão Central	Sertão dos Inhamuns	Sobral/ Ibiapaba
PDA ainda não iniciado	44,15	46,97	80,00	21,05	41,90	34,48	41,64	22,58	64,58
PDA já elaborado	47,58	46,97	20,00	59,65	49,72	55,17	47,75	77,42	23,96
Crédito de aquisição de material de construção total ou parcialmente concedido	93,01	87,88	100,00	91,23	88,83	93,10	88,33	96,77	97,92
Infraestrutura básica já implantada	19,99	4,55	6,67	78,95	18,44	6,90	19,10	2,42	22,92
Acesso ao PRONAF-A ou PROCERA total ou parcialmente concedido	58,15	65,15	26,67	38,01	75,98	55,17	72,41	83,87	47,92
Auxílio à produção e comercialização: Parceria institucional com a Prefeitura Municipal	95,04	90,91	100,00	98,25	97,77	89,66	94,96	91,94	96,88
Auxílio à produção e comercialização: Parceria institucional com o Governo do Estado	4,04	7,58	0,00	5,85	0,00	10,34	6,10	2,42	0,00
Auxílio à produção e comercialização: Parcerias institucionais com ONG ou Sociedade Civil	1,36	0,00	6,67	0,58	3,35	0,00	0,27	0,00	0,00
Auxílio à produção e comercialização: Parceria institucional com INCRA	2,08	0,00	0,00	0,00	3,91	10,34	0,80	1,61	0,00
Auxílio Educação: Parceria institucional com a Prefeitura Municipal	91,68	84,85	93,33	95,91	89,39	89,66	89,92	93,55	96,88
Auxílio Educação: Parceria institucional com o Governo do Estado	28,74	46,97	6,67	43,27	23,46	65,52	20,42	22,58	1,04
Auxílio Educação: Parcerias institucionais com ONG ou Sociedade Civil	0,30	0,00	0,00	0,00	0,56	0,00	0,27	1,61	0,00
Auxílio Educação: Parceria institucional com INCRA	0,20	0,00	0,00	0,00	0,56	0,00	0,27	0,81	0,00
Auxílio Saúde: Parceria institucional com a Prefeitura Municipal	86,51	87,88	93,33	94,74	81,01	62,07	93,37	83,87	95,83
Auxílio Saúde: Parceria institucional com o Governo do Estado	14,90	22,73	0,00	12,87	6,15	41,38	33,69	2,42	0,00
Auxílio Saúde: Parcerias institucionais com ONG ou Sociedade Civil	2,16	0,00	0,00	0,00	0,56	13,79	1,33	1,61	0,00
Auxílio Saúde: Parceria institucional com INCRA	2,40	4,55	0,00	0,58	5,59	6,90	0,00	1,61	0,00



continua

Indicador	Percentual médio de respostas SIM								
	Ceará	Baturité	Cariri/ Centro Sul	Litoral Leste/ Jaguaribe	Litoral Oeste	Região Metropolitana de Fortaleza	Sertão Central	Sertão dos Inhamuns	Sobral/ Ibiapaba
Estradas de acesso ao PA: Parceria institucional com a Prefeitura Municipal	20,30	36,36	6,67	32,75	1,68	17,24	55,97	9,68	2,08
Estradas de acesso ao PA: Parceria institucional com o Governo do Estado	6,46	15,15	6,67	2,92	2,79	17,24	6,10	0,81	0,00
Estradas de acesso ao PA: Parcerias institucionais com ONG ou Sociedade Civil	6,63	10,61	6,67	5,26	5,03	13,79	6,37	3,23	2,08
Estradas de acesso ao PA: Parceria institucional com INCRA	2,34	3,03	0,00	0,00	10,61	3,45	0,80	0,81	0,00
Lazer e religião: Parceria institucional com a Prefeitura Municipal	3,57	4,55	13,33	0,00	6,70	0,00	3,18	0,81	0,00
Lazer e religião: Parceria institucional com o Governo do Estado	0,47	0,00	0,00	0,00	1,68	0,00	2,12	0,00	0,00
Lazer e religião: Parcerias institucionais com ONG ou Sociedade Civil	13,61	13,64	6,67	5,85	15,08	31,03	29,71	4,84	2,08
Lazer e religião: Parceria institucional com INCRA	0,48	0,00	0,00	0,00	2,23	0,00	0,80	0,81	0,00
Transporte coletivo até a cidade: Não há transporte	15,31	10,61	6,67	27,49	22,91	17,24	7,96	5,65	23,96
Localização da escola de EF: Dentro do PA	59,35	33,33	100,00	57,31	53,63	58,62	75,33	33,06	63,54
Localização da escola de EF: Existe transporte escolar	70,52	87,88	60,00	83,63	68,16	75,86	68,17	37,10	83,33
Localização do atendimento regular de saúde: Por Agente de Saúde	90,07	84,85	93,33	87,72	89,94	79,31	90,45	95,97	98,96

Continua

Localização do atendimento regular de saúde: Em Posto de Saúde no PA	10,73	12,12	0,00	15,20	17,88	13,79	15,38	7,26	4,17
Não há atendimento regular de saúde	1,40	1,52	0,00	1,17	0,56	6,90	1,06	0,00	0,00
Loc. do atendimento de saúde de emergência: Em Posto Médico no PA	1,27	0,00	0,00	1,17	1,12	0,00	1,59	0,00	6,25
Não há atendimento de saúde de emergência	9,73	25,76	0,00	2,34	2,23	44,83	0,00	1,61	1,04
Não há assistência técnica	89,14	74,24	86,67	96,49	96,09	93,10	88,33	92,74	85,42

Os maiores problemas observados na macrorregião Litoral Leste/ Jaguaribe foram o baixo percentual de famílias com acesso ao PRONAF-A ou antigo PROCERA e a ausência de transporte coletivo e assistência técnica em 27,49% e 96,49% dos assentamentos, respectivamente. Por outro lado, neste grupo foi verificado o maior percentual de assentamentos com infraestrutura básica já implantada (78,95%).

No Sertão Central, os piores percentuais referem-se aos indicadores infraestrutura básica implantada e existência de assistência técnica. Na macrorregião de Baturité 87,88% dos assentamentos tiveram acesso ao crédito de aquisição de material de construção total ou parcial, o pior resultado em relação às demais macrorregiões. No entanto, essa macrorregião apresentou o melhor desempenho quanto à existência de assistência técnica, com 25,76% dos assentamentos recebendo tal serviço, embora este número ainda esteja muito aquém do necessário.

Em relação ao acesso ao PRONAF-A ou antigo PROCERA no Sertão dos Inhamuns, encontra-se o maior percentual de famílias beneficiadas, com 83,87% dos assentamentos beneficiados por esta política. Por outro lado, na macrorregião de Cariri/ Centro Sul apenas 26,67% dos assentamentos receberam este benefício.

## 6 CONCLUSÃO

Embora o estudo envolva informações relativas ao ano de 2002, a observação da realidade vivida atualmente pelos assentados sugere que poucas mudanças efetivas foram observadas nos assentamentos rurais do Ceará até o ano de 2010.

Ao longo de anos e de diferentes tentativas de levar o desenvolvimento à população carente do meio rural, ainda há um hiato entre as necessidades locais e implantação de ações que atendam às demandas dos assentamentos. Ainda não se concretizou a universalização das ações voltadas para os assentados. É importante que todos os assentados tenham acesso ao crédito para que possa haver a geração de emprego e renda no assentamento e a integração deste à economia da região onde está localizado. O acesso à assistência técnica, inexistente na maioria dos assentamentos, também é essencial à sua sobrevivência, sendo necessário, portanto, um esquema de orientação para os produtores, considerando as condições climáticas da região.

Sem a elaboração e implementação de políticas que atuem de forma simultânea na minimização das debilidades verificadas nos assentamentos, a reforma agrária definitiva no campo estará seriamente ameaçada e será incapaz de proporcionar melhorias reais na qualidade de vida da população rural.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J.A.P.M.; VASCONCELOS, T.C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, jan./abr., 2004.

BALAND, J.-M.; PLATTEAU, J.-P. **Halting degradation of natural resources: is there a role for Rural Communities?** Oxford: FAO/Clarendon Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Wealth inequality and efficiency in the commons. Part 1: the Unregulated Case. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 49, p. 451-482, 1997.

BARRETO, R. C. de S et al. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 225-247, abr./jun. 2005.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)

BITTENCOURT, G. A., et al. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Coordenação de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 nov. 1964 Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_docman&Itemid=258](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=258)>. Acesso em: 08 març. 2011.

BRUNDTLAND, G. H. (Org). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

BUANAIN, A. M., SILVEIRA, J.M. da, TEOFILLO, E. **Reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações e necessidades possíveis**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD. 1998. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/estudos>>. Acesso em: 24 jan. 2009.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, 1997.

CASALDÁLIGA, P. In: MAUÉS, Flamirion; AZEVEDO, Ricardo de (Orgs.). **Rememória**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, 394 p.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN). **Dinâmica das áreas de assentamento de reforma agrária no Ceará**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 1998, p. 45.

COSTA, A., et al. Avaliação do Impacto do PCPR. In: \_\_\_\_\_. **Avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR: 1993 – 2005**. Relatório Preliminar. 2006. Circulação Restrita.

COUTINHO, E. M. C; CAMPOS, R.T. Modo de produção e reforma agrária: como evolui a forma de produção dos comunitários do Assentamento Grossos? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2006, Fortaleza. **Anais ... Fortaleza: SOBER**, 2006.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1994. 329 p.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v. 18, n. 2, abr./jun. 2004.

KHAN, A. S. Reforma agrária solidária e desenvolvimento rural no estado do Ceará. In: ROSA, Antonio Lisboa Teles da; KHAN, Ahmad Saeed. **Nordeste: reflexões sobre aspectos setoriais e locais de uma economia/organização**. Fortaleza: CAEN, 2002. cap. 5, p. 111-132.

LEITE, S. **Assentamentos rurais: impactos locais e geração de emprego**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

LEITE, S. et al. **Impacto nos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD; n. 6).

LIMA, P.V.P. S.; RODRIGUES, M. I. V. As políticas públicas e a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária. In: \_\_\_\_\_. **Reforma agrária em processo: quatro estudos empíricos - concurso Josué de Castro**. São Paulo: MDA; NEAD; Anpocs, 2007. (NEAD Especial; n. 6).

MARSHALL, G. **A dictionary of sociology**. New York: Oxford University Press, 1998.

MATOS FILHO, J.; MENEZES, S. F. Modernização e diversificação com minimização de riscos na agricultura familiar: a experiência do Projeto de Assentamento Bom Conselho no município de Macaíba/RN. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2006, Fortaleza. **Anais ... Fortaleza: SOBER**, 2006.

MATTEI, L. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, 2003.

MOURA, Antonio Marcos Pontes de. A Porteira está aberta: a atuação do programa cédula da terra - PCT no Estado do Ceará. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS - EREG, 9., 2003, Aracaju. **Reestruturação produtiva, trabalho, formação profissional**. Aracaju, 2003. p. 36.

NAVARRO, Z. . O MST e a canonização da ação coletiva. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2002, v. 1, p. 261-282.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

OLIVEIRA, A. M. de. A política de contra reforma agrária do Banco Mundial no Ceará. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 151-175, 2006.

OLIVEIRA FILHO, G. S.; MOREIRA, M. L. S. Políticas de desenvolvimento agrário na realidade camponesa: o caso do Assentamento Transval em Canindé – CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REIS, A. P. L. **O PRONAF e a promoção da qualidade de vida na agricultura familiar**. 2007. 100 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

REYDON, B.; ESCOBAR, H. H.; BERTO, J. L. **Assentamentos rurais e estratégias de desenvolvimento local no oeste de Santa Catarina**. Campinas: IE/UNICAMP, 2007. (Texto para Discussão; n. 123)

SAUER, S. A terra por uma cédula. In: BARROS, Flávia; SAUER, Sérgio; SCHWARTZMAN, Stephan (Orgs.). **Os impactos negativos das políticas de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Brasília: Vangraf, 2003.

SILVA, L.A.C. et al. Agricultura alternativa e sustentabilidade: o caso do assentamento Novas Vidas em Ocara, Ceará. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais ...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

\_\_\_\_\_, M.A.D. da. Assentamento e sustentabilidade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 85-103. jan./jul. 2001.

SILVEIRA, J. M. F. J. Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra. **Estudos de Reordenamento Agrário**, Brasília: IICA/MDA/PCT, v.3, 2008.

SOUZA, F. L. **Estudo sobre o nível tecnológico da agricultura familiar no Ceará**. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil Moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: \_\_\_\_\_. **Uma nova ruralidade na América Latina?** Norma Giarraca. Buenos Aires, Argentina: CLACSO; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/Wanderley.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

#### NOTAS

1. Página 15 do II Plano Nacional de Reforma Agrária.
2. O banco de dados em questão é resultado do Censo da Reforma Agrária, 2002: Módulo Projetos e encontra-se disponível no Consórcio de Informações Sociais, <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>.
3. Um aprofundamento sobre o Reforma Agrária Solidária no Ceará pode ser feito em Khan (2002).
4. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) financia o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais, minifundistas, arrendatários, meeiros e posseiros, buscando atender às mais variadas demandas por políticas de acesso à terra.
5. Navarro (2002) aponta relações de poder do Movimento dos Sem Terra – MST em que os assentados não têm a liberdade de escolher as ações que levem à concretização de seus projetos pessoais e familiares.

6. Esses aspectos são constatados nos estudos de Souza (2000), Barreto e outros (2005), Reis (2007).

7. Bittencourt et al (1999) afirmam que muitos assentamentos cearenses foram criados em áreas inadequadas em relação ao seu quadro natural.

**Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima**

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo - USP

Professora do Mestrado em Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFCE

E-mail: pvpslima@gmail.com

**Ahmad Saeed Khan**

Doutorado em Economia Agrícola e Recursos Naturais pela Oregon State University - OSU

Professor do Mestrado em Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFCE.

E-mail: saeed@ufc.br.

**Francisco Casimiro Filho**

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo - USP

Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará – UFCE.

E-mail: casimiro@ufc.br.

**Juliana Jales Viana**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFCE.

E-mail: julivj@gmail.com.

**Universidade Federal do Ceará - UFCE**

Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará.

Campus do Pici. Bloco 826.

CEP: 60455-760 - Fortaleza – Ceará